

Melhor no Município

DENISE ROSA LOBATO

O povo do Estado e do Município do Rio de Janeiro está assistindo à concretização de uma antiga aspiração do magistério público nacional: as eleições para as direções das escolas da rede pública.

Nas escolas da rede estadual as eleições se realizaram nos dias 8 e 9 de dezembro, envolvendo professores, alunos de Segundo Grau e cursos supletivos, funcionários das escolas e responsáveis pelos alunos do Primeiro Grau em todos os Municípios do Estado.

Segundo o CEP/RJ, Centro de Professores do Rio de Janeiro, a proposta para as eleições nas escolas estaduais, por não ter sido discutida pela comunidade escolar e pela sociedade organizada, tem várias falhas. Uma delas é o peso insuficiente dado aos votos dos alunos e pais de alunos (25%) e dos funcionários (5%). Na verdade o peso exagerado dado aos votos dos professores (70%) fere o processo democrático. Um outro problema é que só

pode haver eleições em escolas com mais de 15 turmas, o que não é compreensível inclusive se analisarmos o "slogan" do Governo estadual: "Democracia também se aprende na escola". Será que as escolas menores não devem ter o direito ao aprendizado da democracia? Finalmente, um grave casuismo das eleições nas escolas estaduais é que qualquer professor para ser candidato ao cargo de diretor ou diretor-adjunto deve pertencer aos quadros da escola há pelos menos um ano. Porém este critério não é exigido de quem já esteja ocupando um cargo de direção na escola. Vale lembrar que o Governo estadual vem nomeando diretores de confiança do seu partido desde que assumiu, exonerando, inclusive, diretores anteriormente eleitos.

Ao contrário da legislação estadual, a proposta para eleições das direções das escolas da rede municipal do Rio de Janeiro foi o resultado de um processo de discussão que envolveu as comunidades escolares das 966 unidades da rede. Os resultados passaram por uma sistematização por distritos educacionais e

depois os 24 representantes destes distritos, juntamente com dois membros da diretoria do CEP e na presença dos representantes da Famerj, chegaram à proposta final que, segundo estes representantes, é bastante aberta e democrática. As direções serão eleitas nos dias 20, 21 e 22 de dezembro, concorrerão por chapas a um mandato de 2 anos com direito a reeleições. Os votos de professores e funcionários terão peso de 50% e este também é o peso percentual para os demais eleitores, incluindo o elemento da Associação de Mordadores designado para os Conselhos Escola-Comunidade.

O Centro de Professores considera que o processo eleitoral é um importante passo no sentido da democratização da escola pública e espera que, a partir de agora, os professores, alunos, pais de alunos e funcionários sintam-se mais responsáveis pelos destinos da escola pública em nosso Estado.

Denise Rosa Lobato é Diretora de Assuntos Jurídicos e Funcionais do Centro de Professores do Rio de Janeiro.